

INCIDÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM DOCENTES: REFLEXÕES PSICOLÓGICAS

IMPLICATIONS OF BURNOUT SYNDROME IN TEACHERS: PSYCHOLOGICAL REFLECTIONS

PAIVA, S. S. F.

RESUMO

Com o passar do tempo a educação como construtora de conhecimento veiculada através da instituição escolar e na pessoa do professor vem sofrendo modificações. Uma das conseqüências destas modificações tem sido a incidência da Síndrome de Burnout no profissional da educação, sendo ela o estresse causado por fatores gerados no ambiente de trabalho. O objetivo deste trabalho é contextualização sócio-histórica da instituição escolar, analisar a Síndrome de Burnout e sua relação com o profissional da educação e levantar possíveis reflexões psicológicas.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Estresse. Professores.

ABSTRACT

Over time, the education as a constructor of knowledge conveyed through the educational institution and the person of the teacher has undergone changes. One consequence of these changes has been the incidence of Burnout Syndrome in professional education, it is the stress caused by factors generated in the workplace. The objective of this work is socio-historical context of the school, analyze the Burnout Syndrome and its relation to professional education and raise possible psychological reflections.

Keywords: Burnout Syndrome. Stress. Teachers.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na sociedade têm ocasionado um aumento da responsabilidade dos educadores, que tentam atender as expectativas em relação ao seu papel. O *stress* entre os educadores tem se apresentado com maior frequência nos últimos anos, havendo a necessidade no aumento dos estudos sobre o *stress* gerado no ambiente de trabalho, considerando que a dificuldade do rendimento profissional acarreta impactos negativos, não somente para a organização onde o serviço é prestado, mas também para a economia em toda a sua extensão, gerando o adoecimento do indivíduo.

Considerando a construção do processo educativo dentro de uma organização, apontam-se grandes transformações no decorrer da história, podendo-se propor como marco inicial do processo educativo os grandes pensadores gregos, apresentando uma educação voltada para a formação do cidadão, considerando também a escrita e a oratória. Este processo vem sofrendo grandes transformações no decorrer da história, levando o profissional educador a se adaptar às novas demandas.

Este processo adaptativo ao longo da história tem aparecido com mais frequência nos dias de hoje, produzindo certo esgotamento emocional no profissional educador, podendo ser classificado como Síndrome de Burnout.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de explicar e identificar as características da Síndrome de Burnout, verificando-se que muitos profissionais da educação sofrem de uma estafa mental e são caracterizados pela medicina como depressivos, proporcionando esclarecimento do que acontece com esse profissional podendo-se desenvolver novos métodos para o tratamento correto desta síndrome.

Apresenta-se como objetivo geral deste trabalho propor algumas reflexões de cunho psicológico sobre a incidência da Síndrome de Burnout em docentes, e como objetivos específicos propor uma contextualização sócio-histórica da instituição escolar, analisar a Síndrome de Burnout e sua relação com o profissional da educação e levantar possíveis reflexões psicológicas

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO

A instituição escolar – sua história e seus desafios – figura do professor e seus conflitos

O conhecimento do homem vem sendo construído ao longo de sua história, e no Egito antigo, considerado o berço da civilização, são encontrados traços da transmissão da educação institucionalizada. A educação era voltada para as classes dominantes, visando à formação destinada ao uso do poder. No Egito encontra-se a figura do escriba como aquele que detém o domínio da escrita. De acordo como Manacorda (2003, p. 21) caracteriza-se o escriba sendo:

Aquele que lê as escrituras antigas, que escreve os rolos de papiro na casa do rei, que, seguindo os ensinamentos do rei instrui seus colegas e guia seus superiores, ou que é mestre das crianças e mestre dos filhos do rei... Como qualquer profissional que domina uma técnica ou arte, o escriba também tem a função de ensiná-la a algum “filho” para perpetuar seu conhecimento e seu uso: às vezes essa função de ensinamento torna-se exclusiva, convertendo-se ela mesma no ofício ou profissão do escriba e, neste caso, ele é essencialmente o mestre.

O conhecimento, também pautado na instituição de ensino nos remete a Grécia antiga, mais especificamente entre 400 a.C., com a figura de Platão, Aristóteles entre outros pensadores. Este foi considerado um grande marco para

história da educação. Nesta época a educação era fundamentada no ensinamento da mitologia e estratégias de guerra. A educação neste período dava-se por classes: a aristocracia e o povo. A aristocracia tinha por proposta de educação a retórica, características “daqueles que se empenhavam no governo da polis” (CAMBI, 1999, p. 51), indivíduos que faziam parte da vida pública; e a educação voltada para o trabalho manual que se destinava ao povo.

Como principal modelo de educação institucionalizada na Grécia antiga podemos citar as cidades de Esparta e Atenas. Neste contexto estas cidades propunham dois ideais de educação: na resignação e no estatismo; e o outro pelas variadas experiências sociais, culturais e antropológicas acontecia a formação humana. Esparta cidade agrícola dividida em classes adota um sistema educativo de acordo com Plutarco: as crianças de sexo masculino eram retiradas das famílias aos sete anos, e eram inseridas em escolas-ginásios submetidas a uma formação militar. Em Atenas era propagada a todo o povo livre a oratória, a filosofia, a literatura deixando de lado os trabalhos braçais. A educação ateniense era ministrada aos rapazes que frequentavam a escola, apresentava como característica marcante a importância do desenvolvimento da personalidade. (COSTA, 2009).

O conhecimento era transmitido pelos sofistas (mestres da verdade) que ensinavam aqueles que podiam pagar. Inicia-se assim uma educação voltada à escrita e à palavra, e construir uma característica de oratória, saindo da educação retirada da família, voltada para a formação do cidadão. Como grandes mestres do conhecimento da Grécia antiga podem ser citados Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates (470-399 a.C.) filósofo ateniense pautado na formação humana através da maiêutica e do diálogo que leva a dialética. Segundo os preceitos de Sócrates a ação educativa:

Consiste em favorecer tal diálogo e sua radicalização, em solicitar um aprofundamento cada vez maior dos conceitos para chegar a uma formação mais universal e mais crítica; desse modo se realiza o “trazer para fora” da personalidade de cada indivíduo que tem o objetivo o “conhecer-te a ti mesmo” e sua realização segundo o princípio da universalidade. (CAMBI, 1999, p. 88).

Platão (427-347 a.C.) discípulo de Sócrates toma como principal fonte de conhecimento um sistema idealista focado primeiramente na ideia de ser e sua

experiência, resgatando a “pureza e a fundamentação teológica das idéias” (CAMBI, 1999, p. 89).

Aristóteles (384-322 a.C.) de Estagira, fundador do Liceu, escola de formação científica e filosófica, acreditava que para se viver a virtude da sophia, a educação deveria partir do ócio e do controle do corpo, depois as escolas estatais propunham o ensino de disciplinas como gramática, ginástica, música e desenho. A proposta de estudo do Liceu pode ser considerada como a enciclopédia do saber, cada vez mais apresentando caráter científico.

Ainda na Grécia encontra-se a figura dos docentes chamados de “grammatistés”, como sendo os mestres do ensino do alfabeto. A educação possuía características de rigor e disciplina. Os mestres da grammatistés eram considerados como aqueles que caíram em desgraça, pois segundo Manacorda (2003, p. 61) “essa *téchne* intelectual em geral não era exercida por homens do *demos*, em cujas famílias o ofício passava de pai para filho, mas por homens de classes cultas que por desgraça tiveram que descer na escala social”. Diante desta caracterização do docente da Grécia Antiga percebe-se a desvalorização deste profissional.

A educação em Roma sofreu grande influência da educação grega. Neste modelo de educação romana está a educação patriarcal, sendo o pai responsável pela formação dos filhos, mais tarde frequentando as escolas. Podem-se identificar relatos de que a educação romana também possuía características como “sua sádica severidade e sua miséria”. (MANACORDA, 2003, p. 90). Como personagem da formação da pedagogia romana pode-se citar Quintiliano, nascido no ano 35 da era cristã, que defendia a ideia de uma educação com caráter moral e cívico. Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.) também ocupou grande destaque na educação romana, considerando a individualidade do educando, dando assim a educação um caráter mais ativo.

Tempos depois, com o cristianismo, o pensamento humano sofre muitas revoluções, voltado para o amor ao próximo. Originam-se assim novos valores, propostos de uma sociedade fraterna. A educação neste início do cristianismo seria papel da igreja, ofertada a toda comunidade, aumentando assim seu poder administrativo e formativo junto ao povo. Inicialmente o objetivo de prática educativa era de manter a imagem de Cristo definido na doutrina dos Evangelhos, e como principal exemplo desta estrutura podemos citar o monasticismo. Seu objetivo era de formação de uma individualidade por meio da contemplação. Nos mosteiros a

reprodução de manuscritos antigos (tais como a Bíblia) era propagada. Dentro deste contexto podemos citar Santo Agostinho como grande mestre da pedagogia cristã. Nascido em Targaste no ano de 354, estudando em Milão, onde entra em contato com o cristianismo, entrando para o sacerdócio em 396. Em seus pensamentos são revividos princípios da filosofia platônica (ex. dualismo entre o corpo e a alma). Em suas obras Santo Agostinho dá início ao processo de formação cristã, tratando de assuntos como: política crítica ao Estado, do mal inserido no mundo entre outros temas de ordem social. (GHIRALDELLI, 2001).

De acordo com Costa (2009, p. 76):

Santo Agostinho defende que o “saber” cristão prescindia da ciência pagã, que, sem o suporte do saber proposto pelo cristianismo, era maléfica, situação que os cristãos não poderiam desconsiderar. Mesmo que a essência do saber clássico esbarrasse no conhecimento religioso, esse pensador argumentava que o cristianismo não devia romper com ele ou abandoná-lo, já que representava um caminho para uma melhor apropriação dos saberes cristãos.

No período da Idade Média acontece uma regressão na civilização que se dava pela agricultura de subsistência, pelas formas de trabalho quase escravo, entre outros fatores marcantes na história desta época. Também é uma época de difusão do cristianismo na Europa, construção de ideais de mito e de tradições impulsionados pelo romantismo. O modelo escolar que conhecemos hoje advém deste período, onde a Igreja organiza instituições onde um professor ensina voltado para a educação universitária. Parte deste ponto aspectos que prevalecem até hoje como: o ensino da gramática e da retórica da língua, da filosofia entre outros. A educação neste período acontecia de diferentes formas conforme a classe: aristocracia e o povo. Com o surgimento da burguesia faz-se necessário que a educação transforme-se, separando-se do modelo eclesiástico. (COSTA, 2009).

O autor ainda menciona que neste período de entrada do novo milênio que ainda tem seu foco na educação familiar, em contrapartida o Estado oferece uma educação voltada para as práticas religiosas e para aprendizagem de um ofício. O investimento na infância era precário, devido à grande mortalidade infantil da época. Com o fim da sociedade feudal, no período caracterizado como Idade Moderna, acontece uma revolução econômica, com a ascensão da burguesia, logo um novo processo econômico acontece: o capitalismo. Diante deste contexto a educação também sofre mudanças, a forma laica de formação do homem e organização dos

saberes, emancipando-se da visão religiosa de mundo, afirmando assim uma educação voltada para um indivíduo ativo na sociedade. Neste período começaremos a pensar no desenvolvimento do “sentimento de infância”, criando-se assim um centro social para as crianças.

A organização escolar era dividida, em sua maioria, em três partes: elementar, que é voltado para a aprendizagem da leitura e da escrita; gramatical, dividido em sua parte metódica (flexão dos verbos, sintaxe, etc.) e histórica (leituras com referências mitológicas e históricas); e por fim a retórica voltada para a leitura de textos filosóficos. Com a Reforma Protestante no século XVI, Lutero, que afirmava que a ignorância era a maior inimiga da fé e que devia ser combatida, terá um grande marco na história da educação com os colégios/internatos. No século XVII, início da modernidade, as mulheres também recebem o direito a instrução. Com a revolução francesa a educação fixa-se em princípios de uma educação revolucionária, com educação pública para todos, sendo função do Estado, com características laicas e livres. (CAMBI, 1999).

A Revolução Industrial também teve grande papel na transformação da educação da Idade Moderna. Houve uma grande exploração do trabalho neste período, inclusive o trabalho infantil, desfazendo-se assim com as práticas educativas fornecidas pelo Estado. Após estes fatos necessita-se reestruturar uma identidade da época, e com a contemporaneidade esta identidade começa a se organizar, com os direitos dos cidadãos (homens, mulheres, crianças, trabalhadores), também caracterizado pela rebelião das massas, da democracia e de uma educação social.

De acordo com Cambi (1999, p. 390):

Na época contemporânea afirmou-se e cresceu o “mito da educação”. Em razão justamente de sua centralidade política e social, a educação foi vista como fator-chave do desenvolvimento social, como fulcro da evolução da sociedade no seu conjunto, como o “lugar” em que se vem estabelecer o intercâmbio social além da sua coesão. A educação coloca-se como substituta da política, como via para operar a construção do homem moderno (indivíduo e cidadão ao mesmo tempo, autônomo e socializado) e para realizar uma sociedade orgânica, mas na liberdade, mediante livre colaboração de todos.

Neste período houve grandes transformações na organização das escolas, assumindo um papel cada vez mais importante na vida social. Diante desta breve contextualização do percorrer histórico da educação, para uma maior compreensão

da educação brasileira e seu desenvolvimento, faz-se necessário também uma contextualização voltada para o processo histórico da construção da educação institucionalizada no Brasil.

O processo educativo institucionalizado inicia-se de fato no pós-chegada dos portugueses em território brasileiro. Em 1549 chegam os primeiros jesuítas com a finalidade de propagar a fé católica, percebendo que isso seria impossível sem o ensino de escrita e da leitura para os indígenas. O estado queria integrar os índios ao processo de colonização, enquanto os jesuítas tinham por objetivo a conversão ao catolicismo. Sendo assim, a educação jesuíta que permaneceu como mentora da educação brasileira por 210 anos (1549-1759), entra em declínio com a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, vivenciando assim a educação uma grande ruptura no processo educacional vigente. (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Portugal percebendo a grande estagnação da educação brasileira institui o “subsídio literário” para a manutenção do ensino primário e médio. Com a chegada da Família Real a educação tem um grande avanço, pois em 1824 é outorgada a primeira Constituição Brasileira, onde no artigo 179 garante a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.

Em 1882 Ruy Barbosa sugere que o ensino seja livre, laico e de obrigatoriedade de instrução. Ainda no período do Segundo Reinado, o Brasil estava deficitário em relação aos processos educacionais que aconteciam na Europa. Segundo Rossi et al. (2009, p. 84):

A preocupação com a educação povo, com a oferta do ensino elementar para todos não foi uma particularidade dos países europeus. No entanto as condições existentes na Europa, que levaram a organização dos sistemas nacionais de ensino, não era as mesmas no Brasil.

No ano de 1889, com República proclamada, a educação adquire influência da filosofia positivista, tendo como objetivo principal a desanalfabetização do povo. Para que a educação acontecesse três vertentes pedagógicas coexistiam: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária. Todas as pedagogias que se situaram na República tiveram que defrontar ou adaptar-se a resquícios da Pedagogia Jesuítica. A educação era ministrada em escolas públicas e particulares, visto que havia uma crescente diferença de classes.

Já no período de 1930, durante a Segunda República, houve a necessidade de profissionais preparados e diante disso investir na educação. Sendo assim neste mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Em 1932 é escrito o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, propondo uma reconstrução na educação brasileira, onde o governo da época marcado por inconstâncias pelo anseio de uma nova constituição eclode assim a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em 1934 a nova Constituição garante, pela primeira vez, que a educação é direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. No ano de 1937 é outorgada uma nova Constituição, que diante das exigências do mercado capitalista e da necessidade do preparo de mão-de-obra para as novas atividades do mercado tira do Estado o dever da educação, mas mantém a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. No ano de 1942 o ensino nas instituições educacionais ficou composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial. Neste mesmo ano inaugura a criação do SENAI e em 1946 o SENAC. (CAMBI, 1999).

Ainda no ano de 1946, com a adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático, determina-se a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário. Com a lei 4.024 de 1961 onde se fixa as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Em 1962 grandes conquistas políticas são efetivadas: é criado o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Educação, adotando o método Paulo Freire.

Mas em 1964, com o golpe da ditadura militar, são abortadas todas as iniciativas para a revolução da educação no Brasil. A educação acontecia pela repressão, “só uma visão otimista/ingênua poderia encontrar indícios de saldo positivo na herança deixada pela ditadura militar” (GHIRALDELLI JR, 2001, p. 163).

Por seus posicionamentos ideológicos, muitos professores foram demitidos, perseguidos e presos. O objetivo da educação brasileira neste período era que a educação contribuísse para o aumento da produção brasileira. Em 1971 é instituída a lei 5.692, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que propunha a formação educacional profissionalizante. A ditadura militar acaba por si só, diante da tanta repressão. (COSTA, 2009).

Com o fim da ditadura, a educação do Brasil entra em um processo de redemocratização, marcada pelas eleições, movimento estudantil de “Diretas Já”, movimento grevista dos professores universitários, instigando assim uma Nova

Constituição, que visava sanar todos os aspectos deficitários deixados pela repressão da ditadura. Modelos educacionais como o MOBRAL, instituídos no período da Ditadura Militar, era insuficientes para sanar o analfabetismo no Brasil, a oferta às pré-escolas era precária em higiene, alimentação e adequação educacional, tendo forte foco assistencialista, e ainda havia muitas crianças fora do Ensino Fundamental. E acreditava-se que “a cura para todos os males dependia da restauração da democracia no Brasil”. (ROSSI et al., 2009, p.141).

Em 1996 com a instituição da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui o ensino obrigatório no Brasil de 4 a 17 anos.

Síndrome de Burnout e sua relação com o profissional da educação

Na década de 30 Freud, em seus textos “O futuro de uma ilusão” e “O mal-estar na civilização” já falava na ânsia do ser humano em busca da felicidade, da realização de seus desejos e na frustração diante do sofrimento.

Em “O mal-estar na civilização” Freud ([1922]1969, p. 73) diz que: “Comumente empregam falsos padrões de avaliação – isto é, de que buscam poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e os admiram nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida”.

Notamos na atualidade que as pessoas têm trabalhado cada vez mais para poder atender a demanda do consumismo, acarretando tanto um cansaço físico quanto emocional. Muitos profissionais têm apresentado um esgotamento mental, sendo o foco deste trabalho é o esgotamento mental no profissional da educação. Este esgotamento é conceituado como Síndrome de Burnout.

O conceito de Burnout foi criado na década de 70, e foi rapidamente aceito devido ao grande número de artigos, livros e apresentações em congressos sobre o assunto. O termo “Burnout” tem sua origem na língua inglesa com a união de dois termos: *burn* – queimar e *out* – fora, tendo como tradução ser consumido pelo fogo, onde essa terminologia foi utilizada para nomear este esgotamento mental voltado ao trabalho. Segundo Jbeili (2011, p. 9):

O termo foi utilizado como força de gíria em 1940 por militares e engenheiros mecânicos para designar uma pane geral em turbina de jatos e outros motores. Posteriormente a gíria burnout foi utilizada por profissionais

da área da saúde para designar o estado extremamente debilitado e comprometido dos usuários de drogas. A associação do termo burnout ao estado de estafa por estresse crônico só aconteceu em 1974 quando o psiquiatra Herbert Freudenberg publicou um artigo no *Journal of Social Issues*, uma espécie de mídia impressa direcionada aos “temas sociais”.

Benevides-Pereira (apud LOPES; PONTES, 2009) “afirma que é devido Freudenberger e a Maslach & Jackson, nas respectivas décadas de 70 e 80, a difusão do termo e dos estudos sobre a Síndrome de Burnout.” Sendo assim, podemos observar que esta síndrome não é um acontecimento novo, mas teve sua repercussão atualmente devido aos estudos realizados.

Na legislação brasileira, segundo a Lei 3.048/99 (lei que regulamenta a Previdência Social) entende a Síndrome de Esgotamento Profissional (burnout) como doença de trabalho (BRASIL, 1999), estando classificada no Código Internacional de Doenças (CID 10) pelo código Z73. Segundo Millan (2007, s/p) “[...] observa-se que todos os sintomas descritos, sem exceção, estão presentes na depressão”.

De acordo com Ferreira e Martinho (2009, p. 66) o *stress* pode ser dividido em três fases:

Fase de alarme ou alerta: referente ao momento inicial, em que o organismo identifica o estressor e mobiliza uma resposta orgânica rápida para o enfrentamento; fase de resistência: nesta fase ocorre um aumento da resistência do organismo, independente da permanência ou não do estressor, com adaptação do organismo: a respiração, os batimentos cardíacos, a circulação e a pressão arterial voltam a níveis anteriores; fase de exaustão: o estressor permanece e o organismo não é capaz de eliminá-lo ou adapta-se adequadamente.

Carloto et al. (2009, p. 168) relatam que “A Síndrome de Burnout (SB) tem sido considerada como um problema social de extrema relevância e vem sendo estudada em vários países”. Diante deste processo o profissional apresenta doenças físicas, gerando um quadro de esgotamento emocional, que é caracterizado por sentimentos negativos, atitudes pessimistas em relação ao trabalho. Neste contexto que o professor está inserido muitos julgamentos morais são feitos em relação ao professor que sofre da Síndrome de Burnout, considerado preguiçoso, desanimado, entre outros jargões que são utilizados para descrever este estado como “doente da cabeça ou dos nervos”.

Pode-se dizer que os estudos realizados a respeito do Burnout estão atrelados ao surgimento da psicologia. Freud baseava o desenvolvimento da sua psicanálise no conceito de frustração, levando a constatar que o sujeito adocece quando obtém êxito. Sendo a frustração uma definição da insatisfação da pulsão. Roudinesco e Plon (1998, p. 286) comentando a obra de Freud “O futuro de uma ilusão – 1927” descrevem que:

Freud deu uma definição muito precisa da palavra frustração, relacionada por ele com a proibição e a privação. A frustração é definida ali como o resultado da insatisfação de uma pulsão, a proibição, como meio através do qual a frustração é infligida, e a privação, como o estado produzido pela proibição. A frustração, explica Freud, na medida em que resulta de uma insatisfação libidinal, é também produto da limitação geral constituída pela cultura, modalidade de socialização do ser humano. A frustração aparece assim, como um estado inerte à condição humana.

Com o aparecimento da reforma do sistema educativo o professor vê-se com a necessidade de desempenhar vários papéis. O movimento da Escola Nova traz a questão o papel tradicional do professor como transmissor de conhecimento, não possuindo embasamento técnico pedagógico para o aumento crescente dos alunos, exigindo assim do professor novos papeis, caracterizando uma visão multifuncional do docente. Segundo Lima (1996, p. 56):

No intuito de aprofundar o caráter polivalente da atividade docente, a Reforma veio exigir deste um conjunto muito vasto de qualidades técnicas e pessoais, adicionando as atividades de docência tradicionais um conjunto de ações de apoio psicológico cuja imputação ao professor é altamente questionável.

Para o educador muitas atribuições lhe são impostas: excesso da carga horária, a sala de aula, o planejamento das aulas, atendimento aos alunos e aos pais, reuniões pedagógicas entre outros fatores reduzem o tempo livre do professor para suas atividades individuais, considerando também a ambigüidade do seu papel social, apresentando um nível econômico relativamente baixo se comparado a outras formações acadêmicas e um nível cultural acima da média pela obtenção da formação de ensino superior (diploma). Ficando evidente que no contexto do trabalho do educador existem diversos estressores que podem levar ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout. Essa síndrome é considerada segundo Harrison (apud CARLLOTO; PALAZZO, 2006):

Como um tipo de estresse de caráter duradouro vinculado às situações de trabalho, sendo resultantes da constante e repetitiva pressão emocional associada ao intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo.

O Burnout não afeta apenas o ambiente educacional, mas também interfere nos objetivos pedagógicos, onde este profissional tende a desenvolver apatia em relação ao seu trabalho e desenvolve problemas de saúde, o levando a abandonar a profissão. (LEVY; NUNES SOBRINHO; SOUZA, 2009).

Para Jbeili (2011) os sintomas da Síndrome de Burnout são divididos em 4 estágios, para melhor acompanhar a evolução da doença. No primeiro estágio fica evidente a falta de vontade de ir ao trabalho juntamente com uma sensação de desânimo e desprazer, não conseguindo discernir com precisão o que sente; no segundo estágio são apresentadas recusas em participar de atividades em equipe e relações tensas com colegas de trabalho, acompanhado de pensamentos de perseguição por chefes ou colegas de trabalho, sendo como o aparecimento freqüente de faltas e licenças médicas; o terceiro estágio é caracterizado pelo comprometimento das habilidades e capacidades operacionais, seguido do aparecimento de doenças psicossomáticas e da indiferença do sujeito nas suas relações de trabalho; no quarto estágio observa-se o uso freqüente de álcool e drogas (lícitas e ilícitas), dando origem a pensamentos suicidas, havendo a necessidade do afastamento do trabalho (JBEILI, 2011) levando em consideração que as características citadas não são reproduções fiéis do quadro diagnóstico da doença, variando de acordo com as pressões sofridas por cada indivíduo.

De acordo a Associação Internacional do Controle do Estresse, o Brasil é o segundo país do mundo com níveis de estresse altíssimos. Pelo menos três em cada sete trabalhadores sofrem a Síndrome de Burnout e não sabem, passando a medir sua autoestima pela realização profissional bem sucedida.

Benbow (1998 apud CARLLOTO; NAKAMURA; CÂMARA, 2006, p. 57):

Salienta que a SB costuma estar acompanhada, além destas três dimensões, de uma série de sintomas como sentimento de indefesa e de desesperança, carência de entusiasmo no trabalho e na vida em geral, desilusão, autoconceito negativo, atitudes negativas frente ao trabalho e aos companheiros, dentre outros.

Segundo Carlloto e Câmara (2007, s/p):

Estudos tem evidenciado que as variáveis que afetam Burnout em professores primários e secundários são diferentes das que afetam os professores universitários. A exaustão emocional é a variável central encontrada em professores de ensino fundamental e médio, não ocorrendo o mesmo com professores universitários.

Não é velado que nos dias de hoje o profissional da educação, devido aos vários fatores estressores, é alvo de muitas atitudes de violência dentro do campo educacional. Levy, Nunes Sobrinho e Souza (2009, s/p) relatam que:

Ao formular hipóteses de que os professores com Síndrome de Burnout são mais suscetíveis de sofrer agressões físicas dos alunos, devido ao seu comportamento hostil e punitivo em sala de aula, Pinder (2008) investigou a incidência do Burnout entre esses profissionais da educação como fator de risco para a violência física no trabalho.

Para Carlloto (2002, s/p) o professor tem apresentado a “necessidade desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios, que lhe exigem manter o equilíbrio em várias situações”. Neste novo contexto o profissional da educação vê-se obrigado a adequar-se a situações onde lhe exijam controle das próprias emoções, isentando a instituição dos muitos problemas a ela relacionados, acarretando uma série de disfunções de caráter emocional e profissional.

Codo e Menezes (2006, p. 31) afirmam que:

O Burnout é uma desistência de quem ainda está lá. Encalacrado em uma situação de trabalho que não pode suportar, mas que também não pode desistir, o trabalhador arma, inconscientemente uma retirada psicológica, um modo de abandonar o trabalho apesar de continuar no posto. Está presente na sala de aula, mas passa a considerar cada aula, cada aluno, cada semestre, como números que vão se somando em uma folha em branco.

O Burnout, sendo um fenômeno real, tem corroído a beleza da missão e a vontade do professor no exercício de sua profissão, não sendo distante a fala daqueles que desmotivados repetem para si mesmos que estão apenas cumprindo com a sua obrigação e nada mais, que independente da ação que suas palavras exerçam nos alunos seus salários estarão na conta no fim de cada mês, sendo estes repetitivos e monótonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, a partir do levantamento junto à literatura, que com o passar do tempo a educação como construtora de conhecimento veiculada através da instituição escolar e na pessoa do professor vem sofrendo modificações. Uma das consequências destas modificações tem sido a incidência da Síndrome de Burnout no profissional da educação, sendo ela o estresse causado por fatores gerados no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARLLOTO, M. S. 2002. *A síndrome de Burnout e o trabalho docente*. *Psicologia*, v. 7, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 8 de mar. 2014.

CARLLOTO, M. S.; CÂMARA, S. G.; OTTO, F. KAUFFMAN, P. Síndrome de Burnout e coping em estudantes de psicologia. **Boletim de Psicologia**. São Paulo, v. LIX, n. 131, p. 168, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v59n131/v59n131a04.pdf>> Acesso em 8 de mar. de 2014.

CARLLOTO, M. S.; NAKAMURA, A. P.; CÂMARA, S. G. Síndrome de Burnout em estudantes universitários da área da saúde. **Psico**. v. 37, n. 1, p. 57, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/14>> Acesso em: 8 de mar. de 2014.

CARLLOTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 5. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n5/14.pdf>>. Acesso em: 22 de abr. 2014.

CODO, Wanderley. **Por uma psicologia do trabalho**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

COSTA, Célio Juvenal. **Fundamentos filosóficos da educação**. Maringá: UEM, 2009.

FERREIRA, L. R. C.; MARTINHO, M. M. F. Stress no cotidiano da equipe de enfermagem e sua correlação com o cronótipo. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 26, n. 1, p. 66. jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n1/a07v26n1.pdf>> acesso em: 22 de abr. 2014.

FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927 – 1931)*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JBEILI, Chafic. **Burnout em professores – identificação, tratamento e prevenção**. Brasília – DF, Cartilha informativa de prevenção da Síndrome de burnout em professores, 2008.

LEVY, G. C. T. M.; SOBRINHO, F. T. N.; SOUZA, C. A. A. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Produção**, v. 19, n. 3. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v19n3/04.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

LIMA, Jorge M. Ávila de. *O papel do professor nas sociedades contemporâneas*. Educação, sociedade e cultura. n° 6, 1996.

LOPES, A. P.; PONTES, E. A. S. Síndrome de Burnout: um estudo comparativo entre professores das redes pública estadual e particular. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 2. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a10>>. Acesso em: 12 out. 2011.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **História da educação**. 11° ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MILLAN, L. R. A síndrome de Burnout: realidade ou ficção. **Associação Médica Brasileira**. v.53, n. 1. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v53n1/04.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: UEM, 2009

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.